

política

Concessão do Dmae deve ir à votação ainda neste ano

Com modelo já proposto pelo Executivo, a fase é de discussão com os vereadores; governo enfatiza diálogo com a Câmara da Capital

/ PREFEITURA DE PORTO ALEGRE

Nikelly de Souza
nikelly@jcrs.com.br

Um dos grandes temas de discussão que devem chegar à Câmara de Porto Alegre ainda neste ano é o projeto do Executivo que prevê a concessão parcial do Departamento Municipal de Água e Esgoto (Dmae) à iniciativa privada. A proposta indica que apenas o tratamento e coleta de água - além da drenagem - permaneceriam sob domínio público, com as outras atribuições da companhia sendo entregues ao setor privado pelos próximos 30 anos.

O modelo partiu do grupo de trabalho (GT) liderado pelo vice-prefeito Ricardo Gomes (PL). O GT avaliou que uma possível alternativa para atingir a meta estabelecida pelo Marco Legal do Saneamento seria conceder à iniciativa privada a coleta e o tratamento de esgoto, além da distribuição de água. A modelagem também prevê que a gestão comercial do Dmae passaria à concessionária. Apenas a drenagem, coleta e tratamento da água seriam mantidos pelo setor público.

Um dos argumentos defendidos pelo vice-prefeito é de que a inadimplência seria reduzida com a concessão. No setor público, o número chega a 20%, já no setor privado o índice fica entre 8% e 9%. "O papel do serviço público é fazer chegar a água à população e fazer a coleta e tratamento do esgoto. O objetivo dessa 'parceirização' é universalizar o saneamento", defendeu o vice-prefeito.

Gomes ainda garante que a

parceria não irá acarretar aumento da tarifa paga pelo contribuinte, ponto que causa discordância por parte do Sindiágua/RS, sindicato que representa os trabalhadores nas indústrias de purificação de água e serviços de esgotamento.

Conforme o prefeito Sebastião Melo (MDB), as empresas não têm demonstrado interesse em atuar junto à drenagem, e, por isso, esse setor permaneceria sob responsabilidade do município. Melo destacou que os recursos oriundos dessa concessão seriam destinados à área. "Todo o dinheiro que advier dessa modelagem será para investir em manutenção. Aí, tem bacia de contenção, casa de bomba, troca de redes que estão estouradas. Tudo um pouco."

A inspiração para o modelo veio da Cedae, uma empresa estatal responsável pelo tratamento de água e esgoto do município do Rio de Janeiro. Conforme Melo, o principal objetivo da concessão é que Porto Alegre consiga atingir a previsão estabelecida pelo Marco Regulatório do Saneamento, com prazo até 2033. "Quando entregarmos para o privado, vai haver uma extensão da rede de esgoto mediante metas, assim vai atender o Marco Regulatório, que é uma lei federal que estabeleceu prazos rigorosos."

A atual proposta do Executivo precisará de 19 votos para ser aprovada no Legislativo. Conforme o governo, a tendência é de que o projeto seja discutido e apreciado ainda em 2023. "O objetivo agora é radicalizar o diálogo com a Câmara e assim que a gente tiver uma construção coletiva com os vereadores, aí sim vamos levar o projeto para apreciação", salientou o vice-prefeito Ricardo Gomes.

Nesta terça-feira, Melo se reuniu com vereadores da base e independentes para discutir a matéria, foi o segundo encontro para tratar do assunto. O prefeito argumenta que o projeto de concessão será construído junto com vereadores, que poderão fazer sugestões. Em termos jurídicos, a proposta de concessão não precisaria da aprovação do Legislativo - mas Melo argumenta que fará o trâmite com vereado-



Coleta e tratamento de água e drenagem permaneceriam públicos, demais atribuições seriam da iniciativa privada

res. "É um assunto que temos que dividir com 100% da população. Fui eleito majoritariamente, mas a Câmara é composta de todas as matizes políticas e essas matizes têm o direito de opinar", destacou.

Apesar da ampla base de apoio ao governo na Câmara, nem todos os parlamentares que apoiam Melo pretendem votar favorável à concessão. Por isso, o voto dos independentes será fundamental para a aprovação do texto. Contudo, o bloco oposicionista, liderado por Roberto Robaina (PSOL), já está realizando encontros a fim de contestar o projeto e garante que irá dialogar com vereadores independentes para que se posicionem contrários à concessão do Dmae. "Melo ainda não tem votos suficientes, felizmente", avaliou.

Nesta semana, funcionários do Dmae estiveram presentes no Plenário Otávio Rocha - onde ocorrem as votações - para dialogar com vereadores que estão indecisos.

Já o líder do governo na casa, Idenir Cecchim (MDB), está confiante de que o projeto será aprovado pelos vereadores e destacou a importância dos parlamentares independentes para a aprovação da matéria. "Tenho certeza que os independentes, depois que lerem e entenderem o projeto, votarão junto com o governo", projetou.

Dados de saneamento do Instituto Trata Brasil 2023 - Porto Alegre

Acesso à água potável	100%
Coleta de esgoto	90%
Tratamento de esgoto	52%

• Atualmente Porto Alegre ocupa a posição 49ª no ranking de saneamento

Proposta da nova modelagem

Setor Privado	Setor Público
Coleta e tratamento de esgoto	Coleta e tratamento de água
Distribuição de água	Drenagem
Gestão comercial do Dmae	

Sindiágua teme que mudanças resultem no aumento da tarifa

O Sindiágua do Rio Grande do Sul, sindicato que representa os trabalhadores nas indústrias de purificação de água e serviços de esgotamento no Estado, teme que com a concessão haja um aumento na tarifa paga pelo contribuinte e redução na qualidade de serviços prestados.

Arilson Wünsch, presidente do Sindiágua/RS, afirmou que a decisão do Executivo de manter

sob domínio público o tratamento de água é mais uma estratégia para convencer a população de que não haverá privatização da água. "A gente sabe que tão logo aconteça a privatização do esgoto e outros serviços, o tratamento de água pode ir também", pondera. "Foi o que aconteceu com a Corsan (Companhia Riograndense de Saneamento)", completa o dirigente sindical.

Marco Regulatório estabelece universalização até 2033

O Marco Legal do Saneamento Básico foi sancionado em julho de 2020 pelo governo federal com o intuito de universalizar o acesso à água e tratamento de esgoto em todo Brasil até 2033.

A nova legislação estabeleceu a participação de empresas privadas na disputa licitatória dos contratos de concessão do saneamento. Antes, participavam do processo de licitação apenas empresas públicas.

Com a nova possibilidade de que setor privado administre o sa-

neamento de estados e municípios, tem sido muito frequente a adesão de empresas que se mostram interessadas.

Porto Alegre caiu seis posições no ranking de saneamento, passando da colocação 43ª para 48ª. É o que mostram os dados fornecidos pelo Instituto Trata Brasil. Os números também revelam que atualmente a Capital trata apenas 52% do esgoto gerado pela população.

Já a distribuição da água está universalizada no município, com 100% da população com acesso.

ANDRESSA PUFAL/JC